



Coletânea da Jurisprudência

Despacho do Tribunal Geral (Sétima Secção) de 28 de setembro de 2018 — Lux-Rehab Non-Profit/Comissão

(Processo T-710/17)

«Recurso de anulação — Auxílios de Estado — Auxílio executado pela Hungria a favor de empresas que empregaram trabalhadores com deficiência — Procedimento preliminar de exame — Alegadas decisões da Comissão que declaram a medida de auxílio compatível com o mercado interno — Conceito de interesse — Inexistência de afetação individual — Inadmissibilidade»

1. *Recurso de anulação — Prazos — Início da contagem — Data em que se toma conhecimento do ato — Ato no publicado nem notificado ao recorrente*

(Artigo 263.º, sexto parágrafo, TFUE)

(cf. n.º 14)

2. *Recurso de anulação — Pessoas singulares ou coletivas — Atos que lhes dizem direta e individualmente respeito — Afetação individual — Critérios*

(Artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE)

(cf. n.º 17)

3. *Recurso de anulação — Pessoas singulares ou coletivas — Atos que lhes dizem direta e individualmente respeito — Decisão da Comissão que declara a compatibilidade de um auxílio de Estado com o mercado comum sem dar início ao procedimento formal de investigação — Recurso dos interessados na aceção do artigo 108.º, n.º 2, TFUE — Admissibilidade — Requisitos*

[Artigos 108.º, n.º 2, TFUE e 263.º, quarto parágrafo, TFUE; Regulamento 2015/1589 do Conselho, artigo 1.º, alínea h)]

(cf. n.ºs 20, 21, 23-26)

4. *Processo judicial — Petição inicial — Requisitos formais — Exposição sumária dos fundamentos e argumentos invocados — Fundamentos de direito e argumentos não indicados na petição — Remissão para elementos que figuram num anexo — Inadmissibilidade*

[Regulamento de Processo do Tribunal Geral, artigo 76.º, alínea d)]

(cf. n.ºs 22, 28, 29)

Objeto

Pedido nos termos do artigo 263.º TFUE e que tem por objeto a anulação das decisões que a Comissão teria alegadamente adotado relativamente às denúncias SA.29432 — CP 290/2009 — Hungria — Auxílio em matéria de contratação de trabalhadores com deficiência alegadamente ilegal em razão do caráter discriminatório da regulamentação e SA.45498 (FC/2016) — Reclamação da OPS Újpest lift Kft. relativamente ao auxílio de Estado pago às empresas que empregaram trabalhadores com deficiência entre 2006 e 2012.

Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A Lux-Rehab Foglalkoztat6 Non-Profit Kft. (Lux-Rehab Non-Profit Kft.) é condenada nas despesas.